

Apesar dos cortes, Saúde terá mais verbas em 1999

Recursos disponíveis são R\$ 1,7 bilhão superiores aos deste ano

Vicente Nunes
de Brasília

Apesar do corte de R\$ 1 bilhão imposto pelo governo no Orçamento do próximo ano do Ministério da Saúde, o total de verbas disponíveis, de R\$ 14,2 bilhões, ainda será maior do que os desembolsos previstos para este ano, de R\$ 12,5 bilhões. Segundo o secretário-executivo do ministério, Barjas Negri, isso significa dizer que, mesmo depois dos cortes feitos pela equipe econômica, a Saúde gastará, em 1999, R\$ 1,7 bilhão a mais do que em 1998.

“Todos os programas prioritários do ministério tiveram suas verbas aumentadas para o próximo ano”, disse Negri. Um exemplo disso é o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Em 1998, esse programa consumirá R\$ 215 milhões, contra R\$ 407 milhões programados para o ano que vem. “Caso tenhamos de cortar os 6,6% no orçamento deste programa, deixaremos de aplicar R\$ 24 milhões”, afirmou.

Pelas contas de Negri, mesmo quando comparado ao orçamento original da Saúde em 1998, de R\$ 13,7 bilhões — em setembro, o governo exigiu uma redução de R\$ 1,2 bilhão nos gastos do ministério, na tentativa de fechar o ano com superávit primário — as verbas definidas para 1999 serão R\$ 500 milhões maiores.

O fato de ter mais dinheiro em caixa no próximo ano não diminui em nada a preocupação do secretário-executivo da Saúde. Para que os todos os projetos definidos sejam colocados em prática, será necessário que a equipe econômica continue liberando em dia os recursos para o ministério. “Felizmente, o nosso planejamento tem permitido que o Eduardo Guimarães (secretário do Tesouro) libere as verbas dentro dos prazos previstos”, afirmou Negri,

Cortes (em R\$ bilhões)

1998	
• Orçamento inicial	13,7
• Cortes previstos	1,2
• Total previsto de desembolso	12,5
1999	
• Orçamento inicial	15,2
• Cortes previstos	1,0
• Total previsto para desembolso	14,2

Fonte: Ministério da Saúde

confiante na promessa feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao ministro José Serra de que não faltará dinheiro para os projetos considerados prioritários.

Entre esses projetos estão o Programa de Atenção Básica (PAB), com investimentos de R\$ 1,7 bilhão; o programa de vacinação, com 170 milhões; o controle de endemias,

que demandará mais de R\$ 200 milhões; e a compra de medicamentos, com mais de R\$ 600 milhões. “Também vamos fazer a nossa parte,

ajustando nosso orçamento às prioridades”, disse. Ele admitiu, porém, que o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá perder parte de suas verbas no próximo ano, por causa do corte de R\$ 1 bilhão, recursos que poderão ser repostos com as economias em outras áreas.

O repasse em dia de verbas do Tesouro para a Saúde, segundo Negri, tem sido o principal responsável pelo sucesso na implantação do Programa de Gestão do PAB, que trans-

fere direto dinheiro para os municípios. Hoje, dos 5.507 municípios do País, 4.836 já estão sendo beneficiados pela medida e receberam R\$ 1,518 bilhão, no ano. Ou seja, todo dia 10, desde fevereiro último, o Ministério da Saúde está transferindo R\$ 126 milhões a cada município por meio desse programa, cuja meta inicial, até o fim deste ano, era atingir 3.300 cidades.

Segundo Negri, esse sistema tem permitido uma melhora sensível no atendimento à população, além de dar maior transparência ao uso do dinheiro. É que ao fazer as transferências para os municípios, o Banco do Brasil envia extratos com as informações para a Prefeitura, para o Conselho Municipal de Saúde e para a Câmara de Vereadores. “Apesar de todo esse controle, tivemos que suspender o envio de dinheiro para alguns municípios. Mas tão logo eles regularizaram a situação, o dinheiro voltou a ser liberado”, afirmou.

Barjas Negri admitiu que o ano de 1999 será muito difícil para a Saúde, pois a previsão de queda na atividade econômica resultará na diminuição da arrecadação, influenciando, conseqüentemente, nos repasses. Sendo assim, o controle do dinheiro terá de ser ainda mais rígido, a ponto de o ministério ter de adiar a liberação para alguns convênios com estados e municípios. Neste ano, por exemplo, somente este mês estão sendo pagos os convênios fechados em junho.

Mesmo em relação ao orçamento original da Saúde para 1998, o ministério terá R\$ 500 milhões a mais no próximo ano